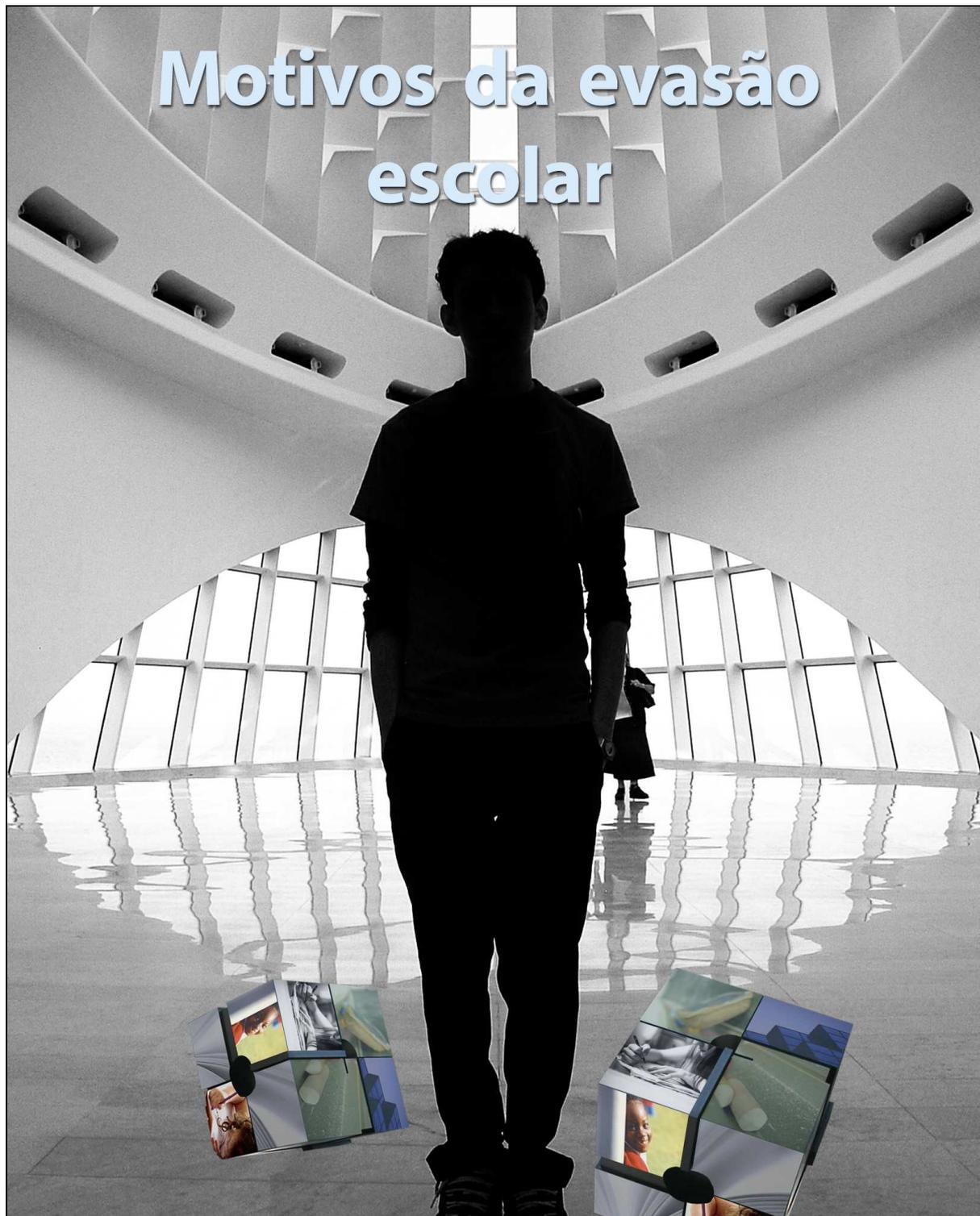


# Motivos da evasão escolar



Patrocinadores:



[www.fgv.br/cps/tpemotivos](http://www.fgv.br/cps/tpemotivos)

# Motivos da Evasão Escolar<sup>4</sup>

## Texto Principal

### Coordenação:

Marcelo Neri<sup>5</sup>

mcneri@fgv.br

### Equipe Técnica/Produção do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento Monte

André Luiz Neri

Célio Pontes

Ana Beatriz Urbano Andari

Carolina Marques Bastos

Ana Lúcia Salomão Calçada

Marlus Pires

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa faz parte de projeto patrocinado pelo movimento Todos Pela Educação, pela Fundação Educar DPaschoal, pelo Instituto Unibanco e pela Fundação Getulio Vargas.. Agradecemos o apoio do INEP do Ministério da Educação através da Rede – Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional - da Fundação Getulio Vargas. Agradeço os comentários e sugestões de Priscila Cruz, Wanda Engel, Fátima Falcão, Reynaldo Fernandes, Mozart Neves, Isabela Paschoal, Luis Paschoal, Camila Iwasaki, Alice Ribeiro e dos participantes de reuniões da REDE da FGV e do grupo técnico do Todos pela Educação

<sup>5</sup> Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da REDE da Fundação Getulio Vargas.

“Sei que quase nada sei,  
Mas desconfio de muita coisa.”

Grande Sertão: Veredas  
**Guimarães Rosa**

## 1) Introdução

### Motivação

Países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes viabilizam seu futuro. Acaba sendo mais produtivo do ponto de vista social e fiscal prevenir do que remediar, investindo-se em educação. A educação constitui o verdadeiro custo de oportunidade da sociedade – qual seja a alternativa de investimento com maior retorno social disponível. Os gestores, pesquisadores e observadores da área social buscam, à luz da evidência empírica disponível, chegar a uma nova geração de políticas educacionais. Uma espécie de *Santo Graal* que nunca é alcançado, mas cuja busca conduz a renovadas conquistas. Se fôssemos sintetizar os principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções, diríamos: incentivos, informação e participação.

Uma política educacional baseada em incentivos e metas não deve se guiar apenas pelos quesitos técnicos da equidade e da eficiência. Não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis da política educacional, como o retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas informações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação são especialmente bem vindas. A literatura social concluiu há tempos sobre o alto poder explicativo da educação na alta desigualdade brasileira. Entretanto, faltam ao pai de família e ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos exercidos sobre empregabilidade, salário e saúde. Precisamos, acima de tudo, que se informe a população sobre a importância da educação.

O “PAC Educacional”, lançado pelo governo federal, e uma série de iniciativas da sociedade civil, em particular o movimento Todos Pela Educação, colocam o ensino básico no centro do debate social brasileiro. O objetivo de pesquisas sobre educação é subsidiar o debate aferindo os impactos de diferentes políticas sobre o bem-estar da população brasileira.

A presente pesquisa busca enxergar os dilemas da educação desde a perspectiva dos principais protagonistas da ação, quais sejam: estudantes e pais. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com a consciência, concordância e ação destes atores. O desafio aqui é não só enxergar com os olhos dos estudantes e de seus pais através de bases de dados que examinam as suas percepções sobre o tempo despendido na escola e as motivações associadas, mas também fazê-los enxergar, através de indicadores de fácil interpretação, a perda incorrida ao abandonar a opção em favor de mais educação. Apenas o conhecimento dos benefícios associados à decisão de um maior tempo de permanência na escola permitirá que a educação atrativa e de qualidade se coloque no topo das prioridades deles, da sociedade civil e dos gestores federais, estaduais, municipais e escolares. Heuristicamente, buscamos informar os diversos atores envolvidos sobre os impactos, as percepções e motivações do cidadão comum.

### **Organização**

O trabalho está dividido nesta introdução, conclusão, apêndices estatísticos, alguns quadros institucionais sobre a atuação das entidades envolvidas na parceria e mais duas seções centrais onde: estudamos os fatores subjetivos e objetivos de atratividade da escola. Na seção 2 tratamos das motivações do grupo de 15 a 17 anos de idade para evadir a escola. Finalmente, a seção 3 complementa esta análise estudando os fatores objetivos que afastam os adolescentes da escola.

Como dissemos, não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões. Os suplementos de educação da PNAD de 2004 e 2006 permitem não só captar os diversos componentes do tempo de permanência na escola, como também estudar até os 17 anos de idade, as motivações daqueles que estão fora da escola. Apresentamos na segunda seção do trabalho, evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à educação. Falamos aqui de perguntas diretas tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está? Estas evidências fornecem a oportunidade de explorar aspectos subjetivos envolvidos na decisão do indivíduo a continuar, ou não, a se educar.

A terceira seção da pesquisa complementa a anterior, analisando os fatores objetivos associados à entrada e à saída da escola. Analisamos a situação recente da educação nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil. O foco do estudo é a população entre 15 e 17 anos. Utilizamos aqui os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) que possui periodicidade mensal e tem como vantagem a baixa defasagem de coleta/divulgação. Este fator é extremamente importante em termos de monitoramento das metas que possibilita analisar os dados no período posterior à criação do Movimento Todos pela Educação, indo até o final de 2008. Outra vantagem desta base é o seu caráter longitudinal, que possibilita o acompanhamento do mesmo aluno ao longo do tempo. Isto permite estudar os determinantes objetivos da evasão escolar com maior propriedade.

## **Todos Pela Educação (TPE)**

O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem uma Educação de qualidade. Partindo dessa idéia, representantes da sociedade civil, educadores, organizações sociais, iniciativa privada e gestores públicos de Educação se uniram no **Todos Pela Educação**: um movimento que tem como objetivo contribuir para que o País consiga garantir Educação de qualidade para todos os brasileiros.

O Todos Pela Educação não é um projeto de uma organização específica, mas sim um projeto de Nação. É uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é co-responsável e se mobiliza, em sua área de atuação, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de qualidade.

A atuação do movimento inclui o monitoramento da Educação, por meio do acompanhamento de suas 5 Metas e da divulgação de pesquisas, dados e informações relacionadas ao tema; a maior e melhor inserção da Educação na mídia; a articulação, o fomento ao debate e a mobilização da sociedade.

Para alcançar a Educação que o Brasil precisa, foram definidas 5 Metas específicas, simples, compreensíveis e focadas em resultados mensuráveis, que devem ser alcançadas até 7 de setembro de 2022:

### **As 5 Metas do Todos Pela Educação:**

**Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.**

**Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.**

**Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.**

**Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos.**

**Meta 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido.**

As Metas, acompanhadas constantemente, servirão como direcionamento para que todos os brasileiros participem e cobrem melhorias na Educação.

Vencer o desafio educacional brasileiro passa pelo compromisso e pela ação de todos e de cada um. Só assim, em 2022, poderemos comemorar não só nossa independência como País, mas também nossa independência como Nação.

## **Seção 2) As Motivações dos Sem Escola**

O que leva um adolescente a sair da escola? Muitas tentativas foram feitas no sentido de responder a esta questão. Grande parte da evidência empírica mostra que evasão escolar e pobreza são, intimamente, ligadas e que trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais. Pode-se argumentar que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção acerca dos retornos futuros levem o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. Outros estudos privilegiam os efeitos de restrições de renda e de crédito como causas de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo. Uma linha de investigação que não vem sendo explorada devido à falta de dados é composta de perguntas diretas aos jovens que saíram da escola sobre as suas respectivas motivações: seria a necessidade imediata de geração de renda ou seriam os baixos retornos futuros, tal como percebidos por eles ou pelos gestores públicos? Respondemos esta questão a partir das respostas dadas, diretamente, pelos alunos sem escola e seus pais, através de microdados dos Suplementos de Educação das Pesquisas Nacionais por Amostra e Domicílios (PNAD/IBGE).

Inicialmente, avaliamos a partir de dados objetivos, o quanto diferentes níveis educacionais afetam a ocupação e a renda conquistada no mercado de trabalho. Os passos seguintes mostram que, apesar dos altos efeitos da educação na renda, existem outros efeitos a serem considerados pelos estudantes, como os impactos da escolaridade sobre a saúde percebida pelas pessoas. O objetivo destes exercícios é fornecer evidências empíricas sobre o paradoxo representado pelo alto retorno da educação aliado ao baixo investimento educacional, e assim, entender melhor os dilemas envolvidos nas decisões privadas dos indivíduos acerca da sua educação. Na verdade, o paradoxo está por trás tanto da alta e persistente desigualdade de renda no Brasil, quanto do baixo crescimento econômico experimentado nas últimas décadas. Mais educação gera ganhos tanto em termos de eficiência econômica como de equidade distributiva. Entretanto, se educação é tão boa em termos privados, por que as pessoas não investem mais nela?

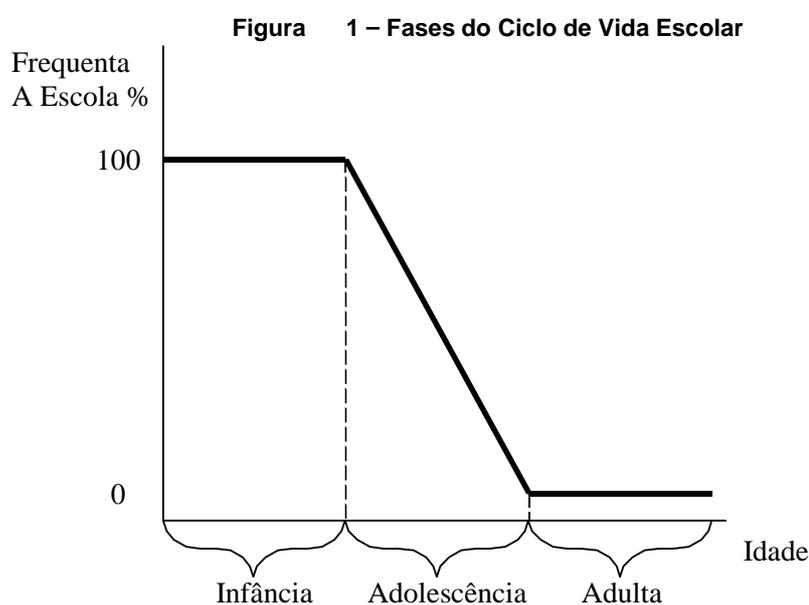
Como dissemos, não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões. Apresentamos no complemento do trabalho, evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à educação. Falamos aqui de perguntas diretas feitas aos

alunos ou outro morador do domicílio, tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está? Estas evidências fornecem a oportunidade de explorar aspectos subjetivos envolvidos na decisão do indivíduo a continuar, ou não, a se educar.

O esquema conceitual básico utilizado nesta parte é o modelo clássico de acumulação de capital humano através da escolha de alocação do tempo entre trabalho e estudo, presente nos seminais artigos de Gary Becker (1964) e Ben- Porath (1967) adaptados para responder as perguntas centrais. A seção está organizada da seguinte forma: dando seqüência a introdução, fazemos um breve retrospecto da literatura teórica e de aplicações empíricas ao caso brasileiro sobre as causas e conseqüências da decisão de evasão escolar em diferentes fases da vida. Caracterizamos, empiricamente, na terceira seção a transição da escola ao trabalho durante a juventude. Quantificamos na quarta seção a partir da última edição da PNAD de 2007, recém-disponibilizada pelo IBGE, os prêmios da educação, auferidos durante a fase adulta no mercado de trabalho. Ainda na quarta seção, exemplificamos a operação de outros efeitos da educação sobre a saúde percebida pelas pessoas que serão notados em particular na velhice. A quinta seção, a mais importante do capítulo, capta, a partir dos suplementos educacionais da PNAD de 2004 e 2006, os ganhos resultantes da educação tal como são percebidos pelo cidadão comum na faixa dos 15 a 17 anos de idade - que corresponde ao grosso das pessoas em idade escolar fora da escola. Em particular, propomos classificação das motivações fornecidas por pais e filhos entre 15 e 17 anos, acerca da decisão de abandono escolar, assim como causas e prescrições de políticas associadas. Na sexta e última seção, sintetizamos os principais resultados desta parte.

## Revisão da Literatura

Uma discussão simplificada do modelo de Ben-Porath<sup>6</sup> sobre produção de capital humano<sup>7</sup> e os rendimentos ao longo do ciclo da vida permite compreender os fundamentos dos principais determinantes e impactos educacionais analisados neste capítulo. Este modelo aplica a teoria do capital a decisões sobre investimentos em educação e aos retornos auferidos em termos da capacidade de geração de renda ao longo do ciclo da vida. A escolha está aqui retratada por simplificação, em três períodos: infância, adolescência e fase adulta, conforme a figura 1



O modelo de Ben-Porath demonstra a trajetória ótima de investimento, suas implicações na alocação de tempo das pessoas e como os rendimentos são afetados pelas diferentes escolhas educacionais feitas nas fases iniciais do ciclo de vida. De maneira geral, a época na qual o indivíduo investe mais nele próprio é na infância e na juventude, pois pode auferir retornos do investimento por mais tempo. Por esta mesma razão, os salários aumentam com a idade como consequência dos investimentos em capital humano feitos no passado, captados pelos anos completos de escolaridade e pela própria experiência trabalhista progressiva.

<sup>6</sup> Ben-Porath (1967) baseou-se em Friedman e Kuznets (1945), Mincer (1958) e Becker (1964).

<sup>7</sup> Capital humano, aqui, trata do conjunto de habilidades e conhecimentos que se acumulam e aumentam a capacidade do indivíduo de desempenhar funções laborais.

Aqui, os benefícios da educação na infância não serão considerados, mas a análise focalizará as fases posteriores da adolescência e adulta. Pais e filhos escolhem a frequência escolar na adolescência que maximize o valor presente da soma dos ganhos que um indivíduo terá ao longo de sua vida – isto é, uma equação em que se considerem os custos e benefícios de trabalhar vis-à-vis custos e benefícios de continuar estudando. Na fase adulta, o indivíduo vai trabalhar em horário integral, pois é nessa fase que não só começa a colher os frutos do seu investimento pregresso em educação, como também lhe falta o incentivo para continuar investindo no aumento do seu capital humano, visto que é menor seu horizonte de tempo para auferir os ganhos da educação no futuro.

A literatura de retornos da educação na fase adulta é bastante extensa no Brasil, tendo como pedra fundamental o seminal trabalho de Carlos Langoni (1973). Iremos reproduzir neste capítulo, estimativas dos prêmios trabalhistas de educação usando a última versão da principal base de microdados disponível para este tipo de estudo: a PNAD 2007<sup>8</sup>. Olhamos então o impacto da educação. O objetivo é elucidar a existência do paradoxo de baixo investimento da educação no país apesar dos altos prêmios privados esperados, cujo principal corolário coletivo é a alta e persistente desigualdade brasileira de rendimentos.

Aplicando o modelo à decisão de escolaridade na adolescência que estamos investigando com mais profundidade neste capítulo, os pais (ou os próprios jovens) têm as seguintes escolhas a fazer para cada filho ou filha: mandá-los para a escola, mandá-los tanto para a escola como para o trabalho, ou apenas para o trabalho. Esta escolha depende do custo de oportunidade trabalhista presente do tempo da criança *versus* o valor que se pode antecipar em relação ao novo fluxo de rendimentos futuros que decorrerão da acumulação de mais capital humano. O indivíduo pode gastar maior ou menor parte da adolescência na escola ou no trabalho. A produtividade da escolaridade vai depender do capital humano acumulado, que, por sua vez, depende dos atributos de capital humano dos pais e do desempenho escolar da criança<sup>9</sup>.

A decisão dos pais é se enviam ou não os filhos à escola, e caso enviem, qual será a frequência escolar da criança: parcial ou integral. Se os pais enfrentam restrições em sua

---

<sup>8</sup> Prêmios trabalhistas se referem ao impacto relativo da educação sobre salários e empregabilidade.

<sup>9</sup> O impacto do capital humano inicial sobre a escolaridade é ambíguo na medida em que tanto aumenta o custo de oportunidade da escolarização, como a produtividade marginal incorrida na escolarização

liquidez e liberdade de escolher, associadas à baixa renda, poderá haver desvios em relação à trajetória ótima de longo prazo prevista no modelo. Em particular, choques negativos na renda dos pais aumentam a probabilidade dos filhos de abandonar a escola. Numerosos estudos têm mostrado que, mesmo quando controlamos a análise levando em conta o estoque de riqueza físico ou humano inicial, há uma relação positiva entre a renda familiar corrente e o avanço escolar. As taxas de repetência para os primeiros dois anos de escolaridade são negativamente relacionados ao nível de renda dos pais, usando dados retrospectivos de São Paulo de 1982<sup>10</sup>.

Seguindo nesta linha a literatura investiga os efeitos dos choques transitórios de renda nas famílias. Duryea (1998), Neri et al. (2000) demonstram o efeito negativo do pai que fica desempregado sobre o avanço escolar da criança quando controlamos pela educação e pelos salários iniciais do pai, usando dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para as principais metrópoles brasileiras. Esses resultados demonstram que o tempo da criança é utilizado para suavizar choques transitórios de renda não esperados pela família, de forma que são consistentes com os modelos educacionais que incorporam hipóteses de mercados de crédito imperfeitos, que são ainda mais imperfeitos na baixa renda.

Parker e Skoufias (1998) estudam os efeitos de perdas de emprego e de mudanças de estado civil na alocação do tempo nas famílias mexicanas. Eles descobriram que as crianças são insensíveis aos choques econômicos, que foram medidos através das perdas de emprego, mesmo durante períodos de crise econômica. Eles, no entanto, encontraram alguns efeitos negativos do divórcio que são mais severos durante as crises econômicas.

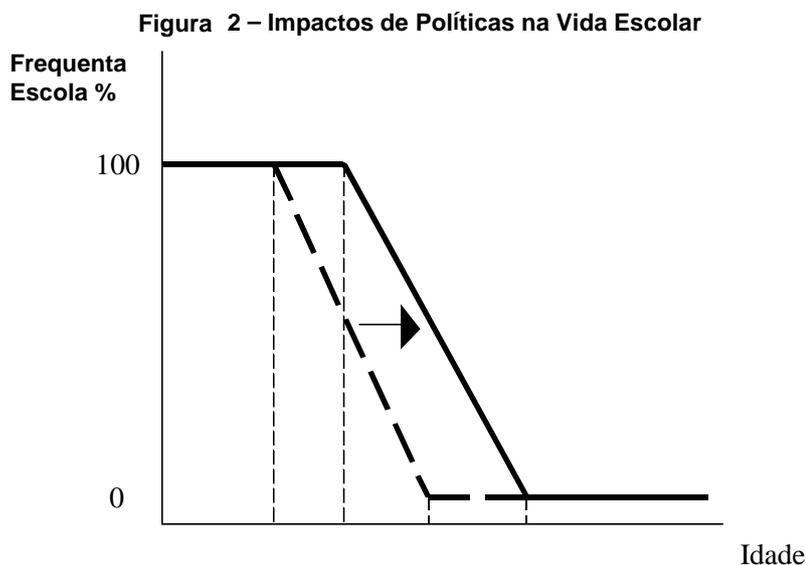
Jacoby e Skoufias (1997) relacionam a imperfeição dos mercados de crédito com a acumulação de capital humano em um estudo que investiga as respostas do avanço escolar infantil às flutuações das rendas das famílias agrárias nas áreas rurais da Índia. Olhando para as reações das famílias aos choques de renda agregados e idiossincráticos, antecipados e não antecipados, eles também revelam o uso predatório do tempo das crianças, estudando menos e trabalhando mais como forma de suavizar o impacto de choques. Outro trabalho dos mesmos autores testa teorias de comportamento de consumo olhando para o impacto das chuvas de monção, como estimativas de mudanças idiossincráticas e não antecipadas de renda. Eles

---

<sup>10</sup> Mello, Souza et alii (1996).

notam que as famílias suavizam o efeito de flutuações de renda através do uso predatório do tempo das crianças e adolescentes.

No aspecto normativo, o objetivo deste tipo de estudo é nortear o desenho e a aplicação de políticas públicas, na melhora da oferta escolar, na qualificação da demanda escolar através da conscientização de pais e alunos sobre os ganhos futuros oferecidos pelo investimento em educação. Também se sugerem ações que visam retirar as famílias de baixa renda do equilíbrio de baixa escolaridade para um de alta escolaridade através da oferta de crédito educativo, ou da adoção de programas de transferência de renda com condicionalidades educacionais, entre outros. O objetivo comum destas ações é aumentar o tempo investido na educação nos termos da Figura 1, conforme ilustra a Figura 2.



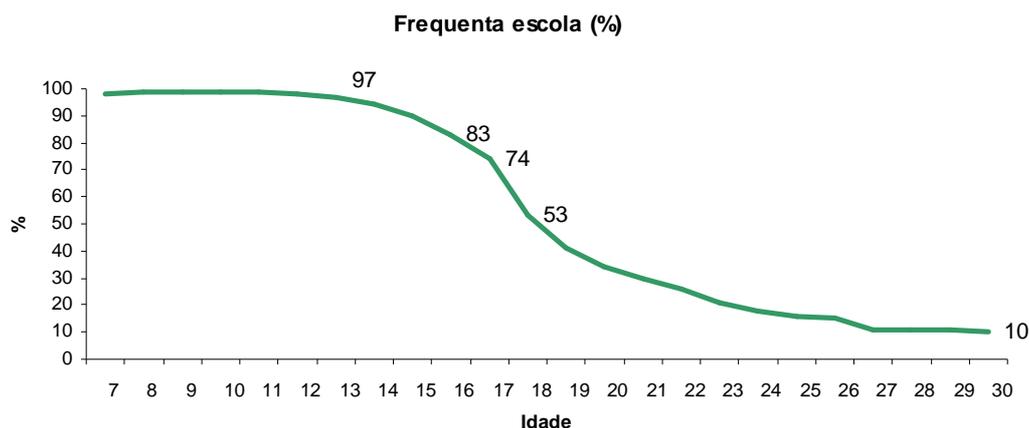
Heuristicamente, trata-se de uma tentativa de aumentar o tempo de infância e adolescência, onde há investimento mais ou menos intensivo na formação de capital humano.

### **Da Escola ao Trabalho**

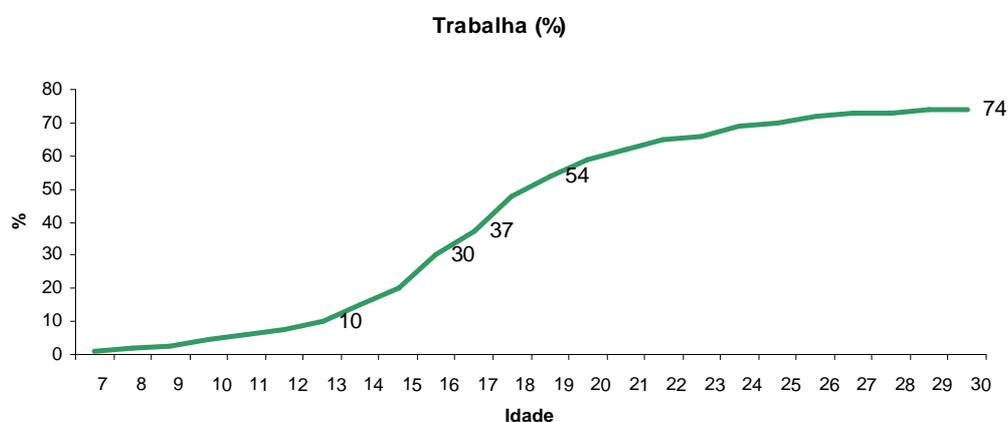
A juventude é aquela fase intermediária da vida, situada na transição da criança para o mundo adulto, idealmente do estudo ao trabalho. Os Gráficos 1 e 2 evidenciam esta transição, captando a fase desde a primeira infância até os 30 anos de idade. Por exemplo, aos 13 anos de idade, que em algumas culturas marcam um ritual de passagem para a adolescência (ex: *teenagers* nos EUA) a proporção que frequenta a escola é de 97% caindo para 74% aos 17

anos, quando sofre uma aceleração caindo para 53% aos 18 anos de idade, e daí cai mais lentamente até atingir 10% aos 30 anos de idade. A proporção de pré-adolescentes que trabalham segue o sentido inverso, indo de 10% aos 13 anos de idade para 37% aos 17 anos, quando sofre uma desaceleração no crescimento, ascendendo para 54% já aos 18 anos de idade e daí cresce, mais lentamente, até atingir 74% aos 30 anos de idade.

**Gráfico 1**



**Gráfico 2**



*Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD 2006/IBGE*

Neste sentido, na maioridade legal aos 18 anos os jovens são ainda meio estudantes (53% frequentam a escola), meio trabalhadores (54% trabalham). Obviamente, muitos trabalham e estudam, simultaneamente, enquanto outros não trabalham nem estudam. A proporção daqueles que não estudam e não trabalham, que é de apenas 2,4% aos 13 anos, sobe deste ponto em diante, em particular aos 18 anos quando atinge 21% e se estabiliza neste patamar mais alto, atingindo 23% aos 30 anos de idade. Ou seja, do início da adolescência a maioridade legal aumenta a proporção de pessoas que não estudam nem trabalham.

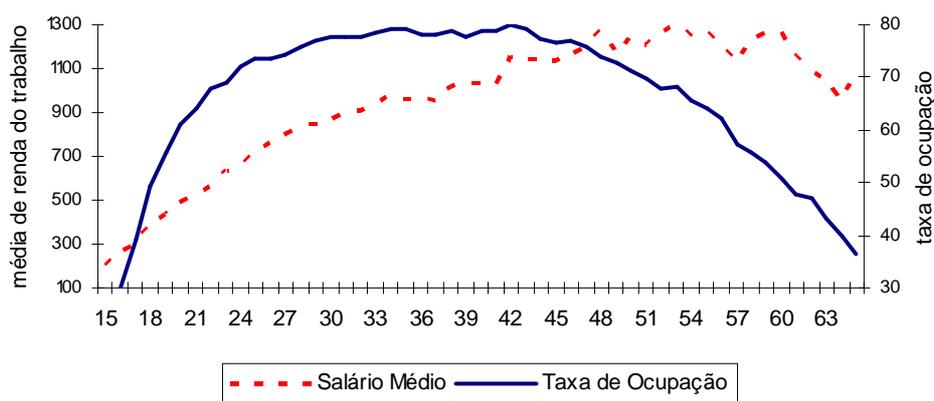
## Prêmios da Educação na Fase Adulta

### a) Retornos Trabalhistas da Experiência

A ênfase desta seção está em informar o indivíduo acerca do impacto de sua decisão sobre variáveis econômicas, mais especificamente na renda individual dele (e não da família como renda domiciliar per capita, por exemplo). A variável de escolha fundamental é o nível educacional. Enfatizamos na análise os impactos sobre duas variáveis de desempenho trabalhista: a renda do trabalho de quem está ocupada (salário) e a empregabilidade (ou ocupação). (Neri, 2008)

Seja na escolha privada de carreira, seja na decisão pública de abertura de novas escolas, é fundamental saber como o mercado valora a educação. Mesmo ao gestor de políticas e recursos educacionais que busca aperfeiçoar o retorno social de suas decisões, o ganho ou retorno que se tem na esfera privada é componente fundamental do retorno social auferido. Apresentamos aspectos relacionados ao desempenho no mercado de trabalho sob a ótica do ciclo da vida individual. O Gráfico 3 mostra que a taxa de ocupação em geral cresce à medida que caminhamos em níveis mais altos de experiência aproximados pela idade, atingindo o pico aos 42 anos (79,95%), tornando-se decrescente, posteriormente. Em termos de salário, o pico é de R\$ 1307 - atingido por aqueles com 53 anos de idade.

**Gráfico 3 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007**

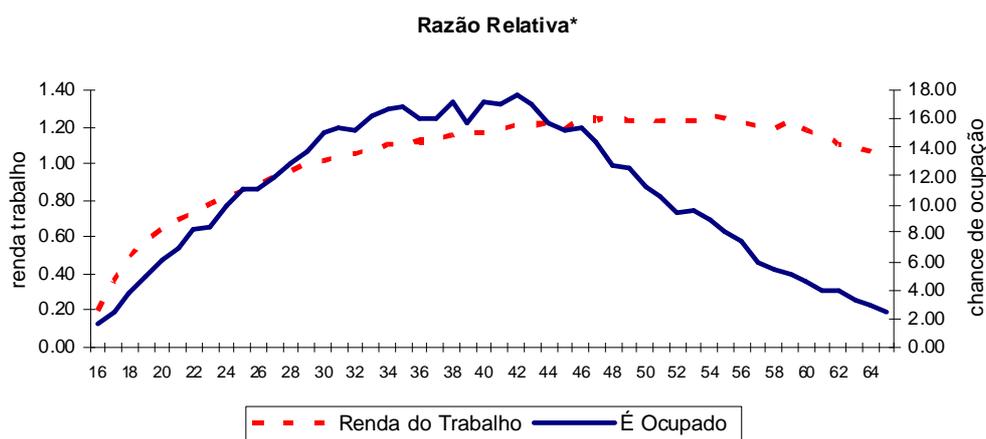


*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE*

Um dos modelos mais populares em análises dos prêmios oferecidos pela educação são as equações de salário, criadas por Jacob Mincer (1958). Deste exercício aplicado ao

Brasil contemporâneo, aprendemos que - quando comparamos pessoas com o mesmo sexo, educação, região, raça, status migratório, permitindo apenas variar a idade (mimetizando assim no Gráfico 4 a trajetória do ciclo de vida adulto de uma mesma pessoa) - o pico da renda de trabalho se dá aos 54 anos. Exercício semelhante aplicado à chance do indivíduo dispor de ocupação se dá 12 anos antes, ou seja, aos 42 anos. O que notamos nas séries é que o formato da curva de ocupação em forma de sino com crescimento da chance de ocupação na juventude, atinge o ápice na meia idade e decai daí para frente. Isto é obtido controlando-se ou não pelas demais características dos indivíduos. No caso da renda média dos ocupados por idade, observamos uma fase de ascensão da renda até o seu auge os 54 anos, mas caindo pouco a partir deste ponto.

**Gráfico 4 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007**



*Base= 15 anos de idade \* Mantendo constante: educação, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, mora em favela e unidade da federação.*

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE*

### **b) Prêmios Educacionais**

O impacto da escolha educacional a ser analisado refere-se às mudanças observadas quanto à inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Olhamos agora o prêmio individual resultante do impacto do nível de escolaridade sobre a probabilidade da pessoa se ocupar e sobre o salário obtido no trabalho principal pelos ocupados.

A Tabela 1 revela com clareza como a hierarquia educacional se reflete nas hierarquias de ocupação e salários. Exemplo: a trajetória de salários por nível educacional vai desde os R\$ 392 de salário (2,42 reais de salário-hora) dos analfabetos até os R\$ 3.469 de salário (20,7 reais de salário-hora) daqueles que já freqüentaram a pós-graduação. Similarmente, a taxa de ocupação entre os extremos do espectro educacional sobe de 59,9 % para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 86,4% daqueles que já sentaram nos bancos da pós-graduação. Mesmo quando comparamos pessoas com as mesmas características sócio-demográficas — como sexo, idade, raça e geografia — menos a educação, os salários dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação, 422% maior. O que impressiona nesses dados é a regularidade da correspondência do *ranking* onde cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista.

**Tabela 1 - Impactos Trabalhistas da Educação 2007**

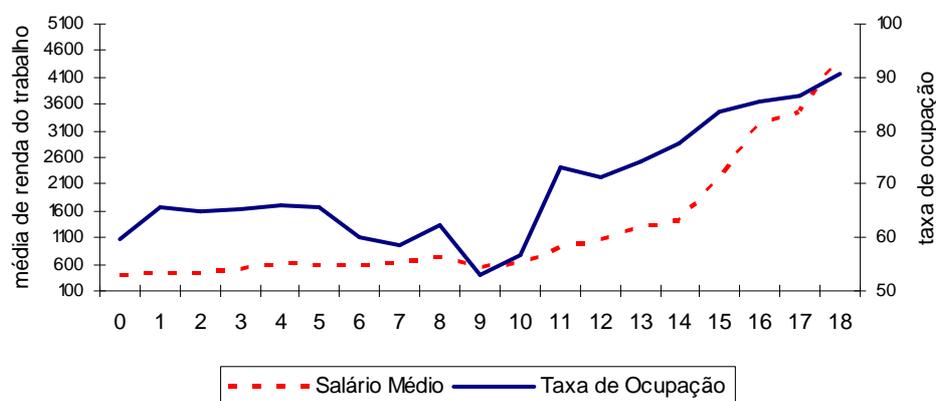
Nível + Alto Cursado	Taxa de Salário Ocupação R\$		Resultados Controlados*	
			Chance de Prêmio Ocupação*	Salarial*
Analfabetos	59,8	392	1,00	0,00
Fundamental	63,6	604	1,35	42,35
Médio	68,4	847	2,22	119,42
Superior	78,6	1728	3,87	284,10
Pós-Graduação	86,3	3469	5,22	544,44

\* *por idade, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, favela e UF.*

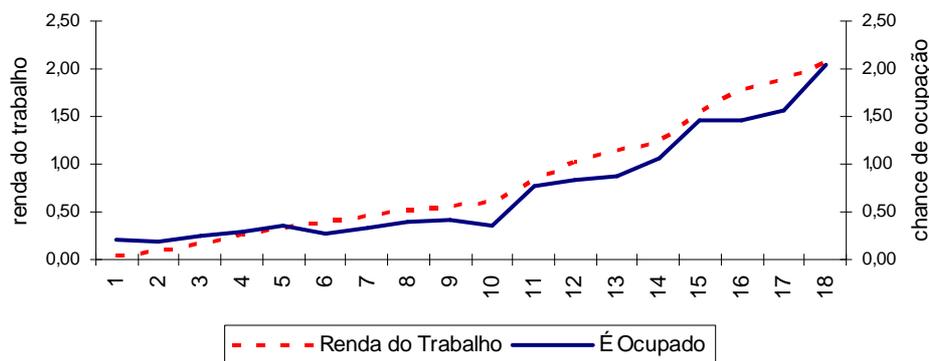
*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE*

Temos nos Gráficos 5 e 6 as medidas de prêmio educacional abertas por cada ano de estudo completo sem e com controles sócio-demográficos.

**Gráfico 5 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007**



**Gráfico 6 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007**  
Razão Relativa\*



*Base = sem instrução, \* por idade, gênero, raça, migração, tamanho de cidade, favela e UF.*

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE*

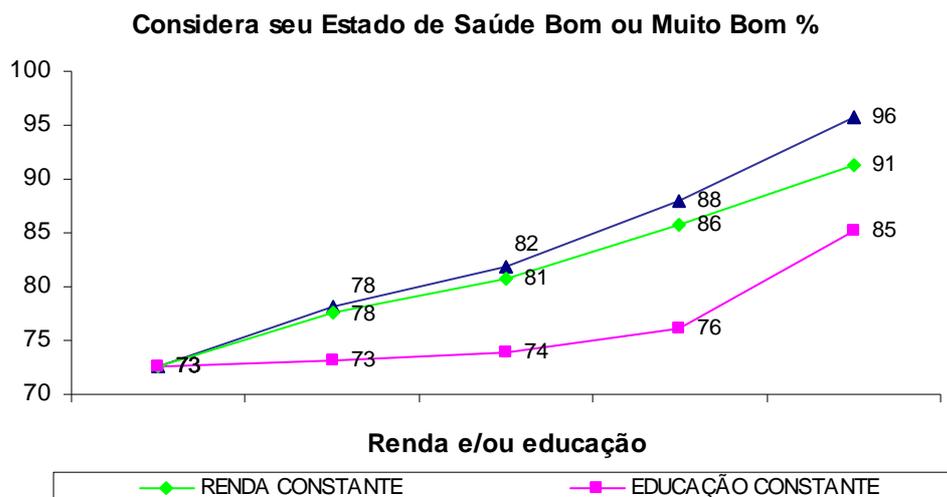
Impressiona a regularidade como os cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista. Ou seja, a hierarquia dos níveis educacionais se espelha no *ranking* trabalhista. Note-se que a curva da taxa de ocupação por idade é mais inclinada e simétrica em torno de um formato de sino, que a de salário, que tende a apresentar um decréscimo mais suave no final do ciclo da vida. Uma primeira justificativa para os jovens ignorarem a importância da educação é o desconhecimento destas variáveis objetivas - o que conferiria relevância a este exercício. Outra justificativa é que os ganhos resultantes da educação ocorrem no longo-prazo, quando nem todos podem esperar para auferi-los. Também há casos em que as restrições no mercado de crédito impedem famílias de baixa renda de tomar a decisão de continuar estudando, que seria a trajetória privada de maior valor esperado no futuro.

### **c) Prêmios na Percepção de Saúde**

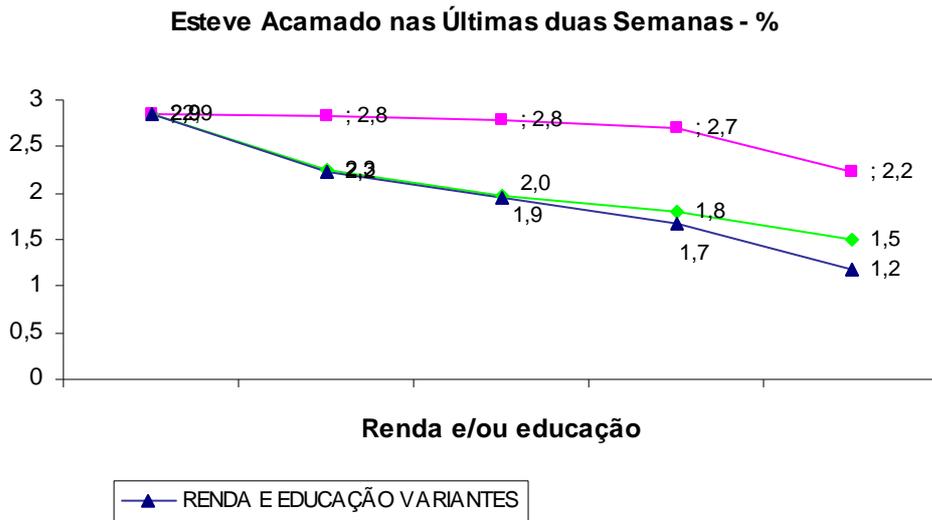
Indo além do pragmatismo da geração de renda, uma maior escolarização impacta em outros elementos da vida dos indivíduos: fecundidade, criminalidade, expectativa de vida entre outros (Berhman 1996). Nestes casos, a educação afeta variáveis de interesse pelos efeitos direto e indireto, função da maior renda gerada. Tomamos dados de auto-percepção geral de saúde tais como: o fato da pessoa considerar o seu estado de saúde bom ou muito bom; ou, se ela ficou acamada nos últimos 15 dias. A saúde percebida melhora com a renda per capita e com a educação da pessoa que são positivamente correlacionados. Mas o que é

mais importante: escola ou renda? Até que ponto os impactos da educação sobre a saúde são incorporados através da renda? A fim de responder a esta pergunta fazemos simulações empíricas cujos cenários estão projetados pelos seguintes símbolos<sup>11</sup>: i. permitimos as duas variáveis mudarem -  $\Delta$ ; ii. mantemos a educação constante e deixamos a renda mudar -  $\square$  ; iii. mantemos a renda constante e deixamos a escolaridade mudar -  $\diamond$ . A lição, visível no Gráfico 7 é que 95% do efeito das melhoras da saúde observadas com mudanças da educação e da renda associada se dão pelo efeito direto da educação (i.e. mantendo a renda constante). Proporção semelhante é observada no Gráfico 8 para pessoas que ficaram acamadas nas últimas duas semanas onde as mudanças da educação sozinhas respondem por 89,4% das melhoras de saúde obtidas. Ou seja, mudanças na educação explicam, mais detidamente do que os deslocamentos equivalentes de renda, as melhoras da saúde percebida. O problema aqui do ponto de vista do planejamento privado é que a educação é em larga medida definida no começo da vida e o grosso dos impactos sobre a saúde são sentidos na fase final.

### Gráficos 7 e 8 – Educação, Renda e Saúde Percebida



<sup>11</sup> Este exercício simula no modelo logístico estimado em Neri e Soares (1998) cenários de mudanças na educação e na renda familiar per capita mantendo, ou não, a outra variável constante. No cenário de constância mantemos ambas variáveis ao nível da categoria educacional mais baixa (sem instrução e renda per capita R\$ 162). No cenário que a renda muda permitimos as alterações previstas numa equação de renda per capita contra educação.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplemento da PNAD/IBGE de 2003.

A taxa interna de retorno da educação que se considera relevante inclui, além dos ganhos trabalhistas vistos, aqueles custos de oportunidade trabalhistas (ou seja, o que se deixa de estudar ao permanecer trabalhando) que crescem conforme o nível de escolaridade, bem como, os custos diretos privados e públicos de educação. Barbosa e Pessoa (2007) seguindo Castro (1970) e Langoni (1974) calculam com propriedade que as taxas de retorno sociais (os ganhos proporcionados pela educação sobre salários) em torno de 15% por ano de estudo. Cabe notar que, embora estas taxas se encontrem num nível alto (por exemplo, maior que o custo de financiamento do governo brasileiro), a taxa interna de retorno da educação relevante para a decisão de pais e filhos é ainda mais alta, pois tal taxa exclui os custos públicos da educação e inclui outros benefícios privados derivados da educação que vão além da renda gerada, e causam ganhos na saúde privada vistos acima. Neste sentido, a alta evasão escolar constitui um paradoxo. Se a educação gera um retorno privado tão alto, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

## **Instituto Unibanco**

Fundado em 1982, o Instituto Unibanco tem como missão aumentar o capital humano de jovens em situação de vulnerabilidade, por meio da concepção, validação e disseminação de princípios e tecnologias sociais capazes de aumentar a efetividade de políticas públicas, especialmente na área da educação.

Para atingir essa meta, seu mais importante âmbito de atuação é a escola pública de Ensino Médio – cujo diploma é o passaporte mínimo para a inclusão das novas gerações no mercado produtivo.

O segundo âmbito de atuação do Instituto estabelece, principalmente por meio da Lei de Aprendizagem, um vínculo entre o mundo da escola e o mundo do trabalho.

Mas, além de aumentar sua escolaridade e desenvolver experiências e habilidades básicas para o mundo do trabalho, é necessário, também, que o jovem construa uma visão de futuro, um senso de responsabilidade por suas ações nos campos econômico, social e ambiental. Disso, o Instituto Unibanco trata em seu terceiro âmbito de atuação que visa a desenvolver nos jovens o valor do amanhã e aumentar sua consciência sócio-ambiental e financeira.

Finalmente, o Instituto atua num quarto âmbito, com ações que visam a ampliar o universo cultural dos jovens. São programas que incluem sempre uma proposta de acesso a bens culturais, sob a forma, entre outras, de ida a cinema, teatro, exposições ou concertos.

O compromisso do Instituto Unibanco é contribuir para a transformação do cenário atual, desenvolvendo ações, em parceria com governos e organizações da sociedade civil, capazes de melhorar o desempenho de alunos do nível médio, de encontrar caminhos para o combate à crise de evasão, que afeta esse nível de ensino, e de possibilitar a conexão entre a escola e o mercado de trabalho.

Enfrentar o verdadeiro “apagão” da qualificação, que hoje afeta nossa economia, e reverter os crescentes níveis de desemprego, desocupação e violência entre jovens depende da inserção e permanência de nossa juventude numa escola média de qualidade - que forme profissionais competentes e cidadãos conscientes de suas responsabilidades socioambientais e econômicas, com uma visão abrangente do mundo e da sociedade em que vivem, mas principalmente com perspectivas reais de um futuro digno, humano e promissor.

## Os Motivos da Evasão Escolar

### b. Tipologia de Motivações

O questionário tradicional da PNAD permite observar como a frequência escolar varia ao longo da fase de transição da infância ao mundo adulto, da especialização na escola ao início da vida profissional. Em 2006, 2,7% daqueles entre 10 e 14 anos estavam fora da escola, subindo para 17,8% na faixa entre 15 e 17 anos que é a faixa etária do ensino médio, caso não houvesse atraso escolar. Nesta última faixa etária residem os maiores obstáculos da repulsão escolar e onde começam a se multiplicar os fatores de atração trabalhista. Focamos, então, nesta faixa etária crítica pelo potencial que representa de trazer pessoas em idade escolar.

Os suplementos de educação da PNAD de 2004 e 2006 permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e aprimorar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. A pergunta encontrada no questionário está colocada abaixo:

10a Qual é o principal motivo do(a) ___ não freqüentar escola ou creche?	
01 <input type="checkbox"/> Ajudar nos afazeres domésticos	09 <input type="checkbox"/> Não tem quem o(a) leve
02 <input type="checkbox"/> Trabalhar ou procurar trabalho	10 <input type="checkbox"/> Doença ou incapacidade
03 <input type="checkbox"/> Falta de transporte escolar	11 <input type="checkbox"/> Não quis freqüentar escola ou creche (problemas com a direção, professor, colegas, outro motivo, etc.)
04 <input type="checkbox"/> Falta de dinheiro para as despesas (de mensalidade, material, transporte, vestuário e calçados, etc.) para s manter na escola ou creche	12 <input type="checkbox"/> Expulsão da escola ou creche que freqüentava
05 <input type="checkbox"/> Falta de documentação	13 <input type="checkbox"/> A escola ou creche perto de casa não oferece outras séries ou curso mais elevado
06 <input type="checkbox"/> Não existe escola ou creche perto de casa	14 <input type="checkbox"/> Os pais ou responsáveis não querem que freqüente
07 <input type="checkbox"/> Falta de vaga na escola ou creche	15 <input type="checkbox"/> Os pais ou responsáveis preferem que trabalhe
08 <input type="checkbox"/> Concluiu a série ou curso desejado <b>1970</b>	16 <input type="checkbox"/> Outro motivo
	(siga 11)

Inicialmente, agregamos a partir destes elementos as motivações das pessoas que estão fora da escola em quatro grandes grupos, a saber: i) Dificuldade de acesso à escola (10,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%). iii) Falta intrínseca de interesse (40,3%). iv) Outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que todos os três grupos de motivos aventados explicam a quase 80% das respostas, mas o que se destaca são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7% das motivações apresentadas contra 10,9% das

deficiências de oferta alegadas. 21,7%% dos adolescentes que não freqüentam a escola o fazem por outros motivos.

**Tabela 2 - Motivos para Evasão**

<b>Motivos de Evasão</b>	<b>2006</b>	<b>2004</b>
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
Falta de Renda	27.09	22.75
Oferta	10.89	11.14
Falta de Interesse	40.29	45.12
Outros Motivos	21.73	20.77

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE*

No âmbito da demanda, há que se distinguir a falta de interesse intrínseco, talvez por desconhecimento dos potenciais prêmios oferecidos pela educação, com 40,3% contra 27,1% da necessidade de trabalho e renda. Esta última motivação, necessidade de renda, seria consistente com a dificuldade financeira enfrentada pelos jovens pobres. Isso sugere a prescrição de políticas de afrouxamento desta restrição, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas. De toda forma, este tipo de política teria, segundo os dados, um potencial limitado a menos de um terço das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola. Apresentamos a seguir um quadro desagregado dos motivos reportados para evasão.

**Tabela 3 – Quadro Geral dos Motivos para Evasão**

<b>Motivos de Evasão</b>	<b>2006</b>	<b>2004</b>
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
Ajudar nos afazeres domésticos	3.68	2.96
Trabalhar ou procurar trabalho	20.69	16.88
Falta de transporte escolar	1.11	1.39
Falta de dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2.38	2.29
Falta de documentação	1.03	0.74
Não existir escola ou creche perto de casa	1.37	1.90
Falta de vaga na escola ou creche	1.72	1.98
Concluiu a série ou o curso desejado	5.51	3.31
Não teve quem o(a) levasse		0.01
doença ou incapacidade	4.91	5.12
Não quis frequentar escola ou creche	33.59	40.58
Expulsão da escola ou creche que frequentava	0.49	-
A escola ou creche perto de casa não oferece outras séries ou curso mais elevado	0.75	-
Os pais ou responsáveis não quiseram que frequentasse	1.19	1.24
Os pais ou responsáveis preferiram que trabalhasse	0.34	0.61
Outro motivo	21.24	20.77

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE*

## **b. Exposição Desagregada de Motivos**

É interessante ir por um momento ao nível original de desagregação das respostas, a fim de se qualificar cada um dos grandes grupos de motivações antes apresentados. Entre os fatores ligados à falta de oferta educacional adequada responsável por 10,9% das motivações conhecidas da evasão, incluem-se:

**Tabela 4 – Composição dos Motivos de Oferta para Evasão  
(10,9% no total de pessoas)**

	<b>2006</b>	<b>2004</b>
Total dos Restritos por Oferta	100	100
Presença de doença ou incapacidade por parte dos estudantes	45.10	45.97
Falta de vaga	15.75	17.77
Não existir escola perto de casa	12.55	17.04
Escola não oferece outras séries ou curso mais elevado	6.92	-
Falta de transporte escolar	10.23	12.49
Problemas de Documentação	9.45	6.68
Não teve quem levasse	-	0.06

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE*

Ou seja, 45,1% da falta de oferta estão ligados à presença de deficiência ou incapacidade por parte dos estudantes o que determinaria a evasão escolar. A falta de oferta de escolas inclusivas ou especiais para este público afetaria quase metade dos problemas associados à falta de acesso à escola em geral tal como reportado na pesquisa. Em seguida, ainda no campo das dificuldades de oferta vem a falta de vagas, cursos mais elevados ou de escola perto que responderiam conjuntamente por 35,2% das causas de oferta da evasão. Outros fatores de oferta escolar ligados à falta de documentação ou dificuldades de locomoção se restringiriam a cerca de 19,7% das justificativas de ausência escola.

A necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%) inclui elementos de demanda ligados à operação de restrições de liquidez tais como:

**Tabela 5 – Composição dos Motivos de Falta de Renda para Evasão %  
(27,1% no total de pessoas)**

	<b>2006</b>	<b>2004</b>
Total dos Restritos por Renda	100	100
Trabalhar ou procurar trabalho	76.40	74.20
Ajudar nos afazeres domésticos	13.57	13.03
Falta de dinheiro para despesas na escola	8.78	10.08
Pais preferiram que trabalhasse	1.25	2.70

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE.*

Ou seja, o trabalho precoce no mercado constitui pouco mais de três quartos desse conjunto de respostas. A influência direta dos pais em direção ao trabalho no mercado ocupa pequena parte das respostas, pelo menos dez vezes mais importante a indução dos pais via trabalho doméstico.

A insuficiência de demanda educacional está menos diretamente associada à necessidade de geração de renda no curto prazo e mais a uma falta visão de retorno a prazo mais longo. Este tópico de falta de interesse intrínseco (40,3%) está subdividido em:

**Tabela 6 – Composição dos Motivos de Falta de Interesse Intrínseco**  
(40,3% no total de pessoas)

	2006	2004
Total da Falta de Interesse	100	100
Não quis freqüentar	83.38	89.93
Concluiu a série ou o curso desejado	13.67	7.33
Pais ou responsáveis não quiseram que freqüentasse	2.95	2.74

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE.*

Mais uma vez a influência direta dos pais sobre a evasão parece pequena frente a uma resposta direta do tipo: simplesmente não quero freqüentar.

Outros motivos correspondem a 21,7% das respostas. Destes, pequena parte (2,2%) está ligada à expulsão do aluno pela escola, os demais motivos não foram captados na pergunta.

**Tabela 7 – Composição dos Outros Motivos**  
(21,7% no total de pessoas)

Outros Motivos	2006	2004
Total	100	100
Expulsão	2.25	-
Outros Motivos	97.75	100.00

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE.*

### c. Evolução dos Motivos

A fim de checar a evolução temporal das motivações, é interessante comparar os resultados do último questionário suplementar de 2006 com o que foi a campo dois anos antes em outubro de 2004. Observamos, em primeiro lugar, uma redução da população nesta faixa etária estimada pela PNAD de 10,7 milhões para 10,4 milhões, fruto da transição demográfica

em curso - o que implica a crescente facilidade ao longo do tempo de se ofertar cobertura universal de ensino médio.

Há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,07% em 2004 para 17,79% em 2006. Dentre os que estão fora da escola notamos pouca variação neste período de outros motivos residuais de evasão, não explícitos, de 20,8% em 2004 para 21,7% em 2006. É importante notar que houve pequenas mudanças no questionário do suplemento que foi a campo em 2004 e 2006, mas que não influenciam os resultados aqui analisados.

Observamos ligeira queda na percepção de limitação de oferta de serviços educacionais percebida de 11,15% para 10,9%. Nesta transição houve aumento da presença relativa dos itens associados à falta de documentação com redução dos demais motivos de falta de oferta. Houve queda também na falta de demanda intrínseca de 45,22% para 40,3%. Ou seja, a falta de atratividade da escola aos olhos dos adolescentes, não é uma novidade na série histórica, que apesar de ter diminuído, já era e continua sendo a razão de evasão mais citada em 2004 - ao passo que a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 27,1% em 2006.

O forte aquecimento do mercado de trabalho neste período alerta para o efeito do chamado “apagão de mão-de-obra” que tirou adolescentes da escola atraídos pelas maiores oportunidades do mercado de trabalho. Consistente com esta visão foi a baixa variação de itens ligados à falta de dinheiro como motivação para abandonar a escola, assim como o aumento relativo dos demais fatores ligados às maiores possibilidades de trabalho. Voltaremos a este ponto mais tarde na discussão sobre prescrições de política.

#### **d. Verdadeiros Motivos Adolescentes (Quem responde à pergunta?)**

Um contraste relevante na investigação sobre elementos subjetivos como essa se dá pela identidade de quem respondeu o questionário. Isto é, se as respostas foram dadas pelo próprio adolescente cujo comportamento de evasão da escola é investigado, ou se foram relatadas por outro morador do domicílio, tipicamente um de seus pais. Podemos, tentativamente, separar os olhares dos próprios jovens acerca de sua educação que correspondiam em 2006 a 25,66% das respostas dadas. Nesta comparação descartamos as respostas residuais dadas por outras pessoas que estão fora do domicílio. Nota-se em primeiro lugar que quando o próprio jovem responde, a taxa de evasão é substancialmente maior: 24,1% contra 15,57%, quando outro morador do domicílio responde à pergunta. Isto sugere a

ocorrência de um viés de seletividade, do seguinte tipo: os adolescentes que respondem são os que estão mais presentes em casa e não na escola (logo poderiam possuir menor probabilidade de não frequentá-la). Este viés sugere que para se ter uma visão mais geral das motivações para a evasão escolar, é preferível olhar para o conjunto total de respostas e não apenas pelos próprios respondentes.

Feitas as ressalvas acima, vale a pena, de qualquer forma, investigar a composição dos motivos para a evasão escolar dadas pelo próprio jovem que estava em casa respondendo o questionário – visto apenas como representativas deste grupo - e compará-las com as respostas de outras pessoas no domicílio. Entre os que não frequentam a escola, a participação de motivos de insuficiência de oferta é menor na percepção dos próprios jovens (8,6% contra 12,2% dos demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (34,7% contra 43,1%). Em contrapartida, outras motivações residuais aparecem com maior presença na percepção dos jovens (28,15% contra 18,1%), ficando a participação de insuficiência de renda num nível próximo nos dois universos de respondentes (28,5% contra 26,5%).

**Tabela 8 - Motivos de Evasão Segundo o Informante**

<b>Motivos de Evasão</b>	<b>PRÓPRIA PESSOA</b>	<b>OUTRA PESSOA</b>
Falta de Renda	28.15	26.63
Oferta	8.60	12.21
Falta de Interesse	34.74	43.09
Outros Motivos	28.50	18.07

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE de 2006.*

#### **e. Adolescentes Pobres**

Outra clivagem relevante para o desenho de políticas é a separação dos jovens por nível de renda familiar. Usamos o critério então vigente de 100 reais per capita como linha de corte, pois à época era o critério de elegibilidade ao Bolsa Família. Cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos se encontravam nesta situação, o que correspondia a exatamente 30% do total de pessoas nesta faixa etária.

Em primeiro lugar, observamos, conforme esperado, maior evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos de baixa renda (23,25%) do que no total da população (17,8%), ou

ainda muito mais que os jovens 20% mais ricos em renda familiar (5,8%). Os motivos de evasão também diferem em relação aos adolescentes de menor renda. Comparando os 30% mais pobres com o total da população, a participação do motivo renda entre os evadidos é 26,5% contra 27,1% respectivamente. A diferença absoluta destas respostas no total da população de adolescentes será afetada pela maior proporção de indivíduos fora da escola multiplicada por uma menor proporção daqueles alunos que alegam ser a necessidade de renda ou de trabalho o principal motivo da falta ou evasão. Em termos absolutos a diferença no total da população da presença de evasão por motivos associadas às restrições de renda é maior entre os mais pobres em relação à população total e aos 20% mais ricos, 28 e 446% respectivamente.

Por sua vez, a participação da falta de interesse intrínseco na educação é relativamente maior entre os evadidos de baixa renda (41,6%) do que os da população total (40,3%). Embora em termos absolutos no total da população, ou seja, incluindo na análise os que freqüentam escola, a diferença da evasão por motivos associados à falta de interesse intrínseco seja maior entre os mais pobres em relação à população total desse grupo (35%) e aos 20% mais ricos (264%).

Cabe por fim notar que, focando nos adolescentes com renda real abaixo de R\$100 per capita mensais entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 12,4% na falta de oferta e 9,8% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,8% na evasão absoluta dos pobres por motivo renda. O aquecimento do mercado de trabalho no período, criando maiores oportunidades de ação predatória no campo educacional, combinado com a ausência de ações como a extensão das condicionalidades de renda para pessoas na faixa de 16 e 17 anos no período, pode explicar o resultado.

#### **f. Pobres Adolescentes**

Uma das dificuldades da população entre 16 e 17 anos no período analisado entre 2004 e 2006 é o fato de eles estarem à época fora da faixa etária de cobertura das condicionalidades educacionais do programa Bolsa Família. A partir de meados de 2007 foi estendido o limite máximo da cobertura etária das condicionalidades do Bolsa Família dos 15 para os 17 anos de idade. Como a proporção de pessoas na faixa de 16 e 17 anos fora da escola é oito vezes maior que na faixa etária de 7 a 15 anos, é de se esperar um maior impacto potencial das condicionalidades neste grupo.

Um exercício relevante para esta avaliação *ex-ante* do impacto da ampliação da cobertura etária do Bolsa-Família é examinar a evasão e a respectiva motivação daqueles que se encontram na faixa etária sujeita à ampliação do programa neste período. Reproduzimos, inicialmente, os resultados de regressões controladas que analisa para a faixa de 7 a 15 anos de idade a diferença em diferença de indicadores de repulsão escolar entre pessoas elegíveis e as não elegíveis ao programa entre 2004 e 2006<sup>12</sup>. Os resultados mostram que a chance relativa dos beneficiários potenciais do Bolsa Família de evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis ao programa. A redução da insuficiência de renda como motivo de baixa frequência escolar é consistente com a idéia do Bolsa Família de diminuir a restrição de liquidez (dificuldade econômica) que empurra as crianças e jovens adolescentes para o mercado de trabalho. Ao aplicarmos este tipo de exercício à faixa de 15 a 17 anos de idade, notamos um aumento, de 32% da chance relativa da população pobre em relação à população não pobre de evadir a escola por motivos de insuficiência de renda, entre 2004 e 2006. Os motivos concorrentes de falta de oferta ou de falta de interesse intrínseco não mostram diferença significativa, neste período, entre os potenciais beneficiários elegíveis e os não elegíveis.

Em suma, os resultados aqui analisados não nos permitem rejeitar a hipótese de que a expansão do Bolsa Família foi capaz de reduzir as motivações de evasão por insuficiência de renda na faixa de 7 a 15 anos, enquanto na faixa etária não contemplada pelas condicionalidades educacionais acontece o oposto. A combinação das maiores chances de trabalho oferecidas pela expansão agregada da economia no período e as carências dos jovens de baixa renda no final da adolescência, explicariam o resultado. É na combinação da oportunidade agregada de trabalho com a necessidade de adolescentes pobres suprirem sua renda, onde encontramos o terreno mais fértil para o precoce abandono escolar.

---

<sup>12</sup> A comparação da diferença temporal entre elegíveis e não elegíveis ao programa captadas pela sua renda familiar sem contar os benefícios do programa procura identificar a direção de causalidade de impacto do programa. Neri (2009) aplica esta metodologia reproduzida aqui a uma série de variáveis objetivas e subjetivas associadas a acumulação de capital físico e humano.

## **Fundação Educar DPaschoal**

A Fundação Educar DPaschoal foi criada em 1989 para dar suporte aos investimentos do grupo DPaschoal em programas de estímulo à leitura e de educação, tendo sempre como objetivo promover a educação para a cidadania como estratégia de transformação social. Atualmente, são três os projetos desenvolvidos pela Fundação.

Por meio do projeto **Leia Comigo!**, utilizando recursos próprios e de outras empresas através da Lei Rouanet, produz e distribui gratuitamente livros educativos para crianças e adolescentes, já tendo distribuído mais de 30 milhões de exemplares, em todo o Brasil.

Com a **Academia Educar**, promove a formação de núcleos de Protagonistas Juvenis em escolas públicas, criando oportunidades para que o jovem descubra em si o potencial que o torna capaz de transformar sua realidade.

O **Trote da Cidadania** incentiva e premia universitários de todo o Brasil a promover ações sociais com os calouros, visando a substituir o trote humilhante ou violento.

Ao desenvolver esses projetos, procurando contar sempre com valiosas parcerias, a DPaschoal deseja, cada vez mais, dar sua contribuição à sociedade em sua caminhada pela educação e pela cidadania.

### 3) Fatores Objetivos de Atração (e de Repulsão) Escolar

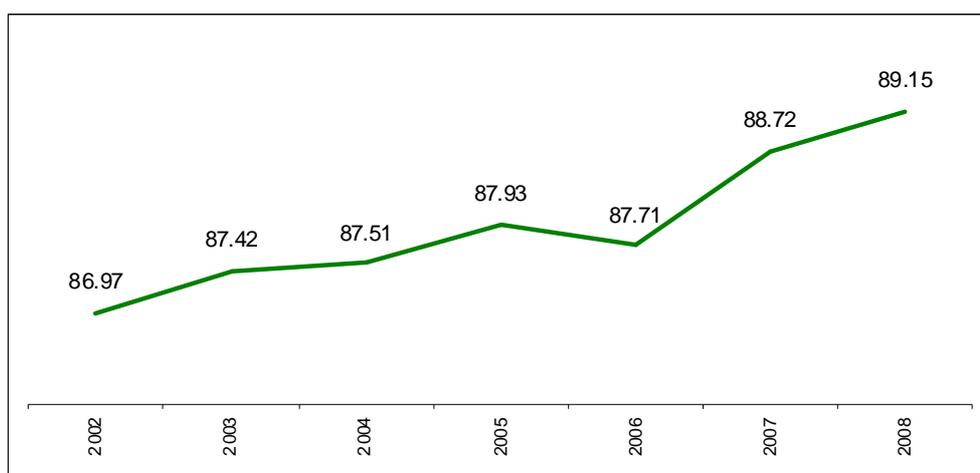
Analisamos, agora, a situação recente da educação nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil. O foco do nosso estudo é a população entre 15 e 17 anos. Utilizamos aqui os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) que possui periodicidade mensal e tem como vantagem a baixa defasagem de coleta/ divulgação. Este fator é extremamente importante em termos de monitoramento das metas que possibilita analisar os dados no período posterior à criação do Movimento Todos pela Educação. Outra vantagem desta base é o seu caráter longitudinal, que possibilita o acompanhamento do mesmo aluno ao longo do tempo. Isto permite estudar os determinantes objetivos da evasão escolar com maior propriedade.

#### Panorama Recente da Educação - Números Gerais

Segundo a PME, em 2008, havia cerca de 2 milhões de alunos entre 15 e 17 anos de idade. Matriculados em escolas das principais regiões metropolitanas do país, esse número representa 89,15% da população residente nesta faixa etária (2 pontos de porcentagem acima da média em 2002).

#### Evolução Anual da Taxa de Matrícula

15 a 17 Anos de Idade



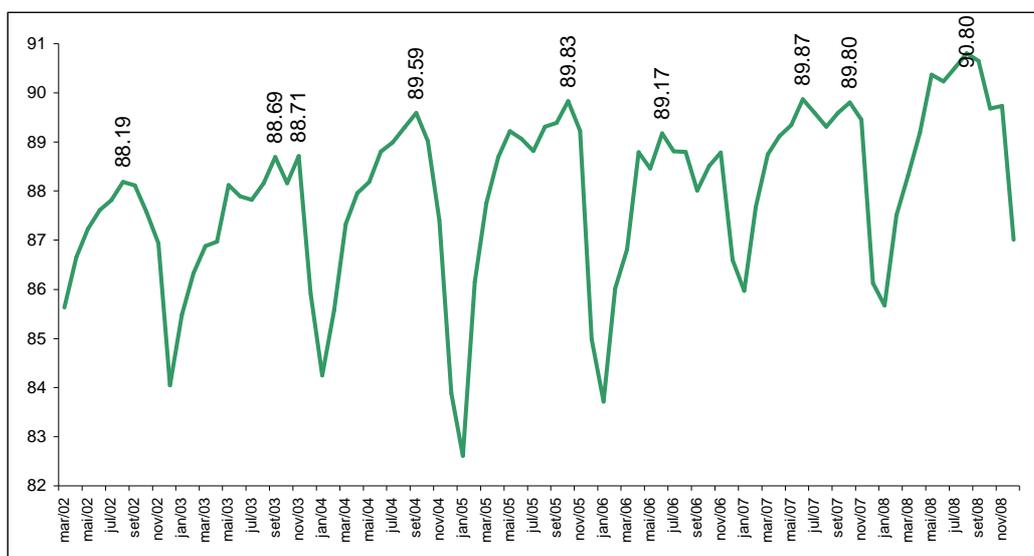
Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Os próximos gráficos apresentam a evolução mensal da taxa de matrículas ao longo dos últimos 6 anos. Uma característica importante da taxa de matrícula captada pela Pesquisa Mensal do Emprego é o seu caráter sazonal. Conforme podemos ver a seguir, há grande variação da taxa de matrícula entre os meses de um mesmo ano. Analisando a série como um todo, o melhor mês foi agosto de 2008 (90,8%).

### Evolução Mensal da Taxa de Matrícula

Média Móvel de 12 Meses

15 a 17 Anos de Idade

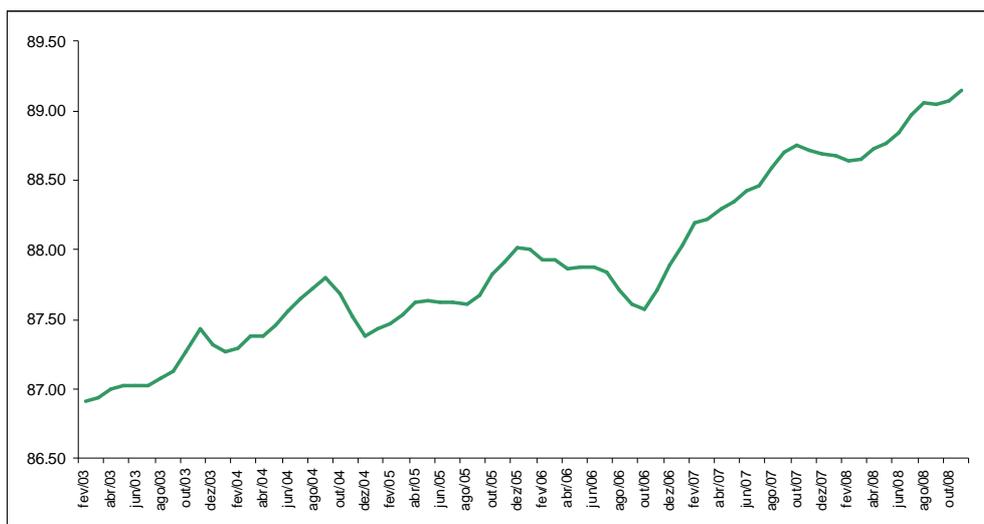


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Em seguida, a fim de suavizar as estatísticas e assim captar melhor as tendências temporais, optamos por apresentar as mesmas informações anteriores expressas em médias de 12 meses. Nesse caso, observamos taxas crescentes de matrícula, com o pico de frequência em dezembro de 2008, último mês de nossa análise.

## Evolução Mensal da Taxa de Matrícula

15 a 17 Anos de Idade

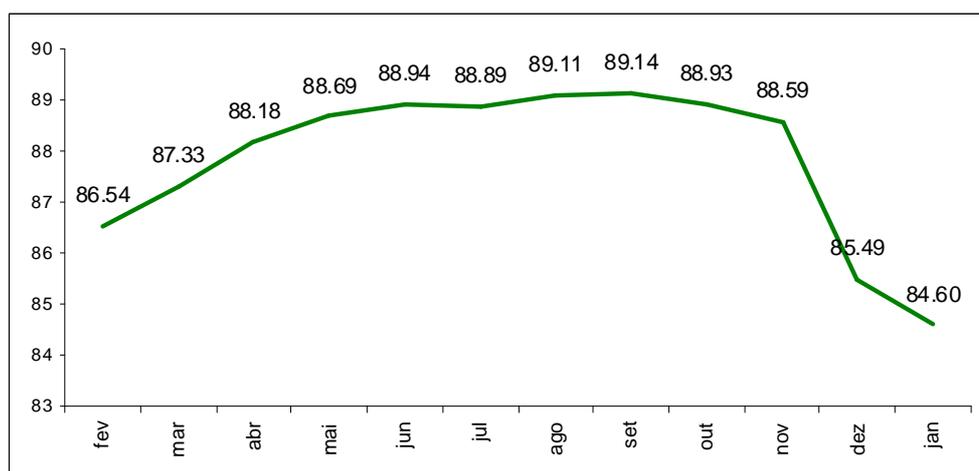


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

A fim de simplificar a análise de sazonalidade das estatísticas, agrupamos os índices de matrícula em meses: sendo que agosto e setembro apresentam as maiores taxas, superando 89% da população nessa faixa etária.

## Taxa de Matrícula por Mês

15 a 17 Anos de Idade



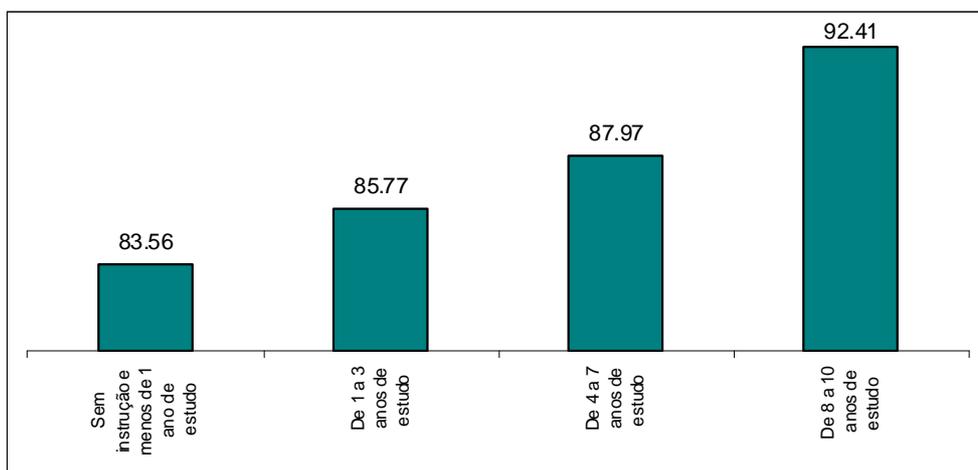
Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Quando avaliamos as taxas de matrículas levando em conta a escolaridade do chefe do domicílio, os dados demonstram formato, monotonamente, crescente à medida que

caminhamos para níveis mais educados. Ou seja, a taxa de matrícula passa de 83,56% para os sem instrução contra 92,41% quando o chefe tem mais de 11 anos de estudo.

### Taxa de Matrícula por Nível de Educação do Chefe

15 a 17 Anos de Idade

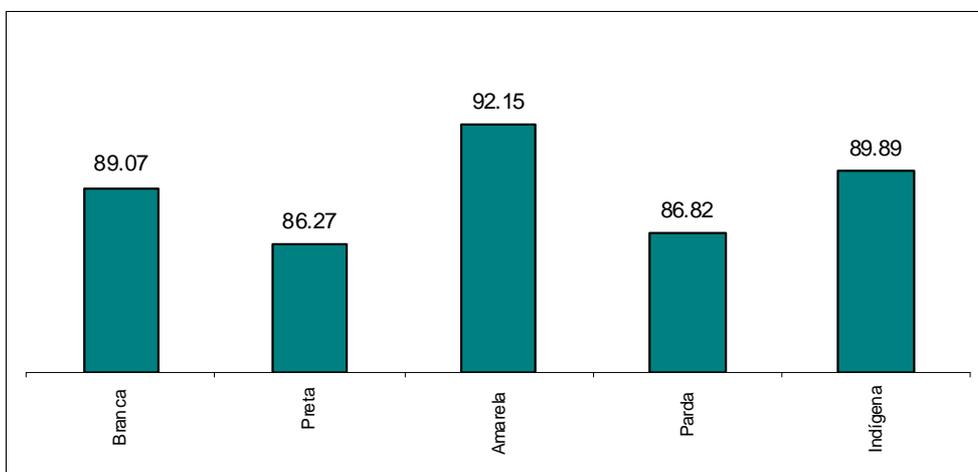


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Quanto às características do aluno: nessa faixa etária, a taxa de matrículas dos homens é ligeiramente superior à das mulheres (88,14% contra 87,7%) quando avaliamos as variáveis. No que diz respeito à variável cor, os pretos e pardos são os que possuem as menores taxas de matrícula (86,27% e 86,82%, respectivamente). No extremo oposto, com 92,15%, estão os amarelos.

### Taxa de Matrícula por Cor

15 a 17 Anos de Idade

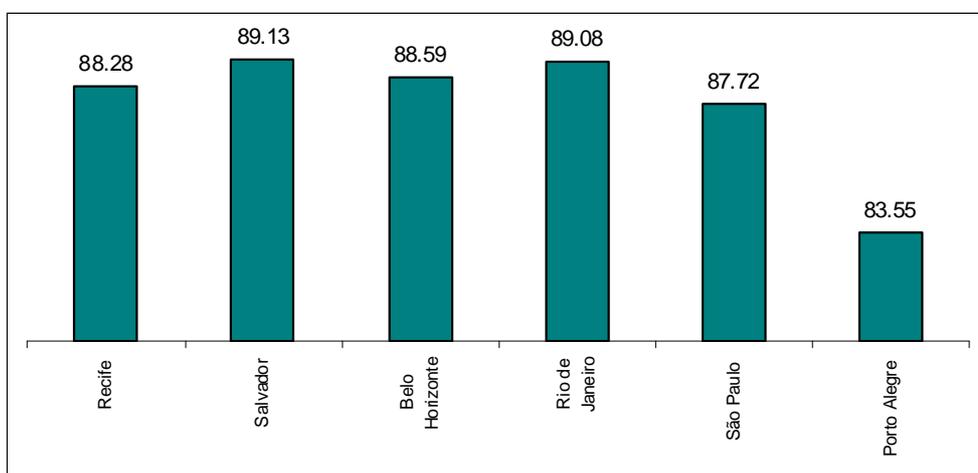


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Avaliamos, agora, as diferenças regionais em relação às taxas de matrículas. Nesse quesito, a Região Metropolitana de Salvador ocupa o primeiro lugar no ranking com 89,13%, seguido pelo Rio de Janeiro (89,08%). No outro extremo, Porto Alegre é a região com a menor taxa (83,55%). Um ponto importante que destacamos aqui é a presença de regiões como Porto Alegre e São Paulo, entre aquelas que possuem menores taxas de matrícula. Em geral, regiões com mais oportunidades atraem mais jovens para fora da escola. Ou seja, as chances de saída da escola aumentam à medida que aumentam também as possibilidades de trabalho.

### Taxa de Matrícula por Região Metropolitana

15 a 17 anos de idade



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

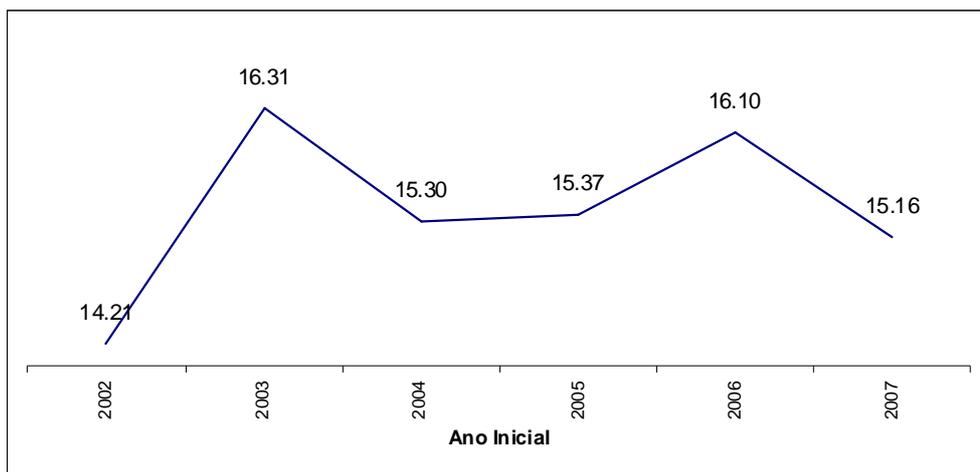
## Análise Dinâmica

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências nos meses  $t$ ,  $t+1$ ,  $t+2$ ,  $t+3$ ,  $t+12$ ,  $t+13$ ,  $t+14$ ,  $t+15$ , perfazendo um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora da escola, bem como de não-transição, entre pares de observação das mesmas pessoas num intervalo de doze meses, iniciados em Março de 2002. O último dos grupos analisados começa em dezembro de 2007 e termina em janeiro de 2008. O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade educacional observado na prática.

### DESTINOS SOCIAIS

Observamos, inicialmente, a evolução da taxa de abandono escolar nos últimos anos. De acordo com o gráfico abaixo, as maiores taxas de evasão foram apresentadas nos períodos de transição de 12 meses dos anos 2003 para 2004 e 2006 para 2007, onde as taxas de evasão são maiores que 16% daqueles que estavam inicialmente na escola.

**Taxa Anual de Abandono Escolar em 1 Ano**  
**População que Freqüentava Escola no Período Inicial**  
**15 a 17 Anos de Idade**

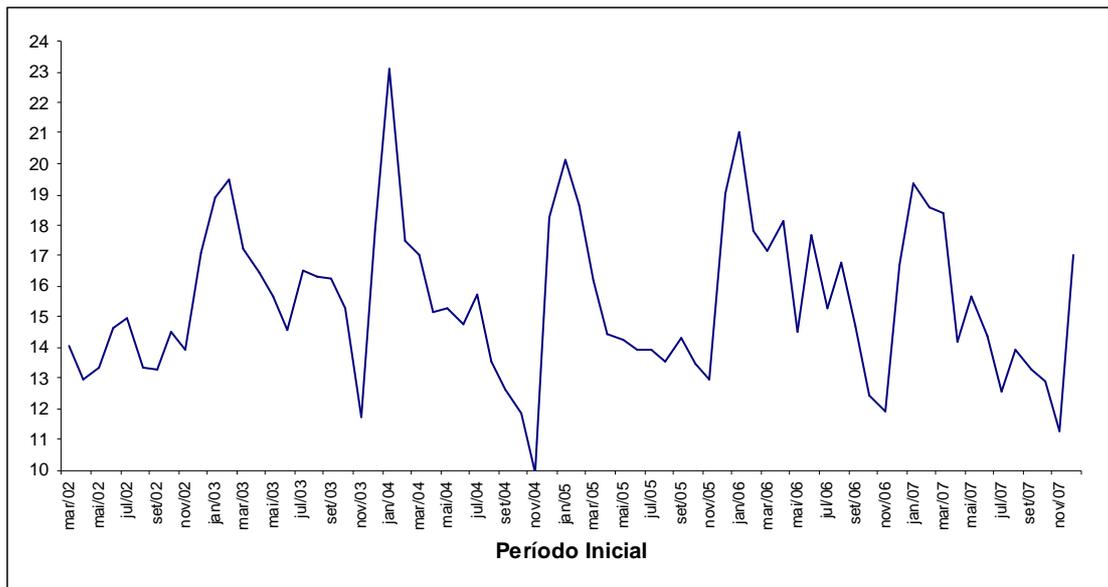


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Em seguida, apresentamos as mesmas informações desagregadas por mês. De acordo com o gráfico, quando as comparamos num intervalo de 12 meses, a maior taxa de abandono

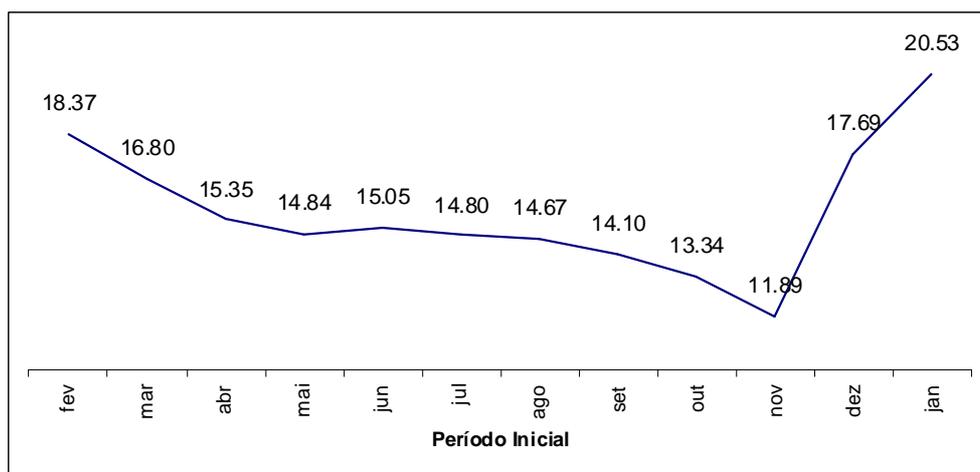
escolar ocorreu em janeiro de 2004, ou seja, 23,10% daqueles que estudavam em jan03 já estavam fora da escola um ano depois.

**Taxa Mensal de Abandono Escolar em 1 Ano  
População que Frequentava Escola no Período Inicial  
15 a 17 Anos de Idade**



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

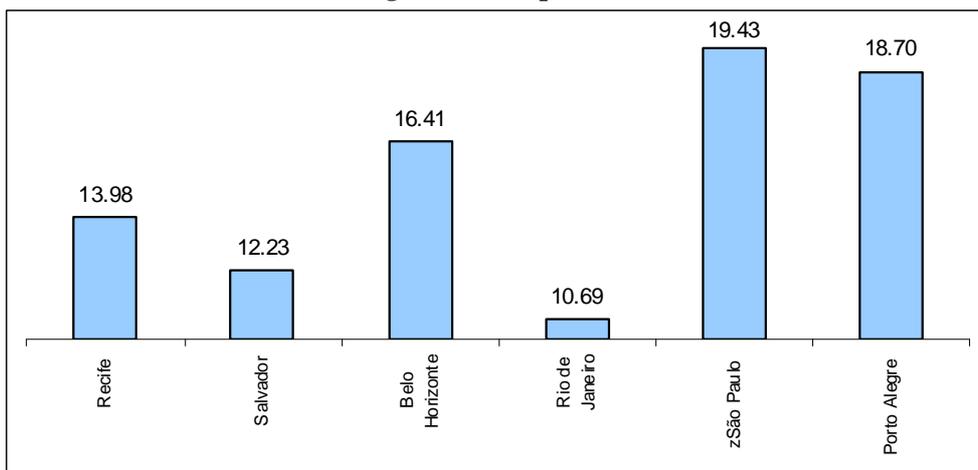
**Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano  
População que Frequentava Escola no Período Inicial  
15 a 17 Anos de Idade  
Mês**



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

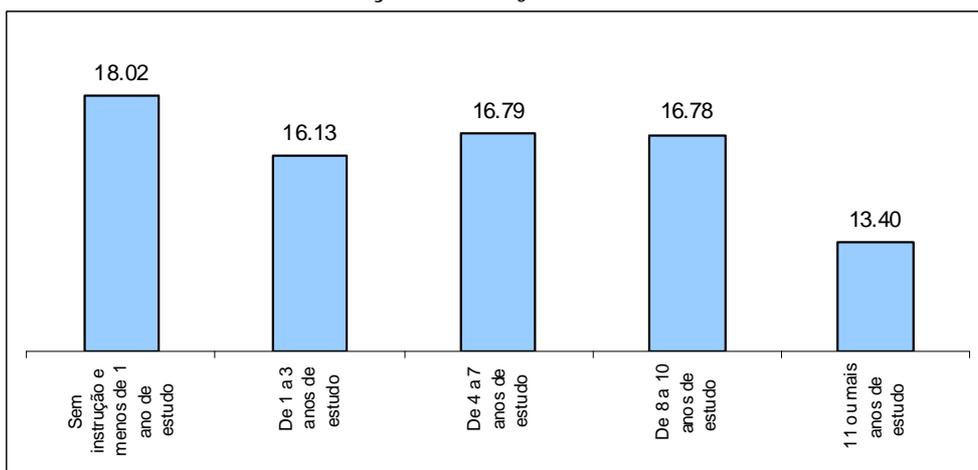
Corroborando as informações anteriores, regiões com maiores oportunidades são as que mais atraem os jovens para fora da escola. Conforme pudemos notar, a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas: São Paulo (19,43%) e Porto Alegre (18,70%) têm os maiores índices de abandono de um ano para o outro.

**Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano**  
**População que Frequentava Escola no Período Inicial**  
**15 a 17 Anos de Idade**  
*Regiões Metropolitanas*



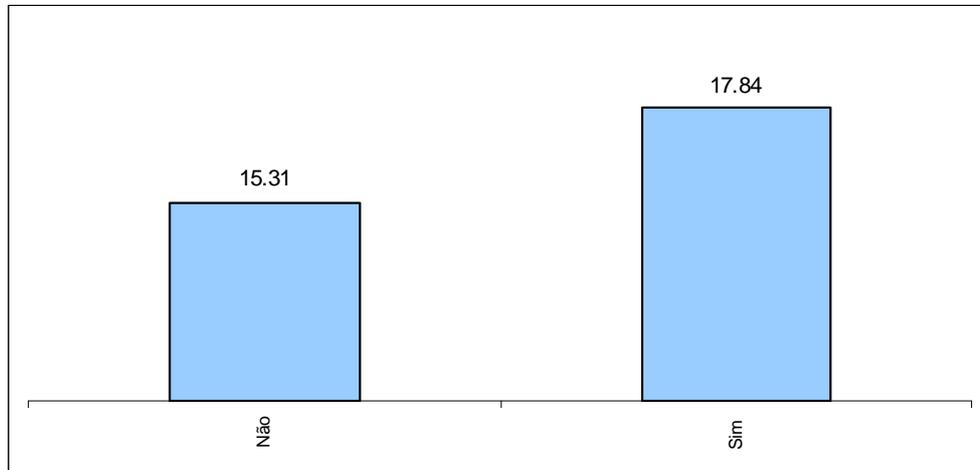
Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

**Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano**  
**População que Frequentava Escola no Período Inicial**  
**15 a 17 Anos de Idade**  
*Educação do Chefe do Domicílio*



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

**Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano**  
**População que Frequentava Escola no Período Inicial**  
**15 a 17 Anos de Idade**  
*Chefe com Renda Zero no Segundo Período*



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Na tabela abaixo, exploramos os destinos da população na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, dita “em transição”. As transições ocorridas entre 2002 e 2003 são as que apresentam os resultados mais otimistas: maiores taxas de permanência e entrada na escola (78,24% da população continuam estudando e 3,21% passam a estudar).

Anual - 15 e 17 anos					
População Total					
Categoria	Período	Continua estudando	Continua sem estudar	Passou a estudar	Parou de estudar
Total	2002	78,24	5,14	3,21	13,38
	2003	76,31	5,2	3,03	15,46
	2004	76,04	6,34	2,88	14,73
	2005	75,69	6,56	2,7	15,03
	2006	75,26	7,01	2,82	14,81
	2007	76,53	6,47	2,78	14,13

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PME/IBGE

## Panorama de Mobilidade Educacional

Disponibilizamos no site da pesquisa um Panorama de Mobilidade Educacional que permite obter a proporção de indivíduos que entram e saem de escola, por diferentes características sócio-econômicas. As informações geradas na tabela permitem obter as probabilidades de transições para diferentes faixas etárias. Para isso, escolha o período (anual ou crise) e a classe inicial de análise. Para comparar mais de um período, utilize a tecla Ctrl.

FGV  
CPS/IBRE  
cps

**Panorama da Mobilidade Educacional**  
Dinâmica da Frequência Escolar nas 6 Metrópoles -  
2002 / 2007

C P S  
Centro de Políticas Sociais

Macro contexto:  
Crise

Idade inicial:  
15 e 17 anos

\* Período inicial:  
2008 pré-crise (jan a set)  
2008 pós-crise (out a dez)

\* Selecione 2 períodos segurando a tecla Ctrl.

Gerar tabelas    Limpar seleção    Selecionar todas

Características Demográficas

População Total     Sexo     Raça  
 Idade     Escolaridade     Posição na Família  
 Número de pessoas no domicílio

Características Sócio-Econômicas

Contribui para a Previdência     Posição na Ocupação     Membro de Cooperativa

## **Conclusões**

Este trabalho possui um objetivo principal e um secundário. O objetivo secundário é fornecer evidências da existência do paradoxo do alto retorno privado com alta evasão educacional, para depois buscar entender as causas deste paradoxo, através das motivações relatadas diretamente por estudantes e pais, até então inexploradas. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, irão - ou não - assegurar que a política pública atinja o seu objetivo final. Estas evidências buscam informar gestores e analistas sobre as percepções do cidadão comum.

O objetivo principal é medir as causas da evasão escolar a partir de três tipos básicos de motivações, a saber: a primeira é diminuir a restrição que restringe a oferta de serviços educacionais tal como reportada pelos alunos potenciais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Os principais resultados encontrados estão elencados abaixo:

### **a. O Paradoxo da Evasão**

Falta ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do alto impacto exercido pela educação na ocupação e na renda. A trajetória de salários por nível educacional vai desde os R\$ 392 de salário dos analfabetos até os R\$ 3.469 da pós-graduação. A taxa de ocupação sobe de 59,9 % para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 86,4% daqueles com pós-graduação.

Ao compararmos pessoas com as mesmas características sócio-demográficas, o salário médio dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação 422% maior. O pico da renda de trabalho se dá aos 54 anos e o da ocupação aos 42 anos. Os maiores prêmios privados estão longe no tempo, o que talvez iniba os adolescentes a assumir a trajetória de maior valor esperado no futuro.

A saúde percebida pelo indivíduo melhora com a renda da família e com a educação da pessoa que, como vimos, são positivamente correlacionados. Mas o que é mais importante, escola ou renda? 95% do efeito das melhoras da saúde subjetivas de saúde percebidas se dão

pelo efeito direto da educação (i.e., mantendo a renda constante). Educação também responde sozinha por 89,4% da redução da probabilidade das pessoas ficarem acamadas. Mais uma vez, os maiores impactos da educação na saúde ocorrem mais tarde na vida do jovem, isto é, só irão senti-los quando mais velhos.

A taxa interna de retorno social da educação de 15% por ano de estudo, embora alta, subestima a taxa de retorno, ou ganho, que é relevante para a tomada de decisão privada de pais e filhos, pois inclui os custos públicos da educação, mas exclui outros benefícios privados derivados da educação para além da renda gerada, como os ganhos da saúde percebida. A educação oferece um retorno privado alto. Então, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

#### **b. Os Motivos dos Sem Escola**

No grupo de 10 a 14 anos, 2,7% dos jovens estão fora da escola contra 17,8% daqueles entre 15 e 17 anos, onde focamos nossa análise, pois corresponde ao grosso das pessoas em idade escolar fora da escola. Entre as motivações apresentadas por pais e filhos sobre a evasão escolar nesta faixa etária, elementos ligados à falta de demanda respondem por 67,7% delas contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas.

A redução da população nesta faixa etária - estimada para 10,4 milhões em 2006 - fruto da transição demográfica em curso implica crescente facilidade de oferta de cobertura universal de ensino médio. Entre os fatores ligados à falta de oferta educacional, quase metade está ligada à presença de deficiências físicas dos estudantes, indicando escassez de escolas voltadas a este público.

Entre as motivações da falta de demanda por educação, a ausência de interesse intrínseco responde por 40,3%. Já a necessidade de trabalho e renda responde por 27,1%. Desta forma, políticas de oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas, teriam potencial limitado a 27,1% das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola.

Motivos de insuficiência de oferta são menores na percepção dos próprios jovens de 15 a 17 anos do que a percebida por outros membros do domicílio (8,6% contra 12,2% dos

demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (34,7% contra 43,1%).

Há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,07% em 2004 para 17,79% em 2006. Houve diminuição da falta de demanda intrínseca de 45,22% para 40,3%, já a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 27,1% em 2006. O aquecimento do mercado de trabalho no período, combinado com a ausência das condicionalidades de renda para pessoas na faixa de 16 e 17 anos, pode explicar o resultado.

Dos cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos, 30% do total da população nesta faixa etária possuem renda per capita inferior a R\$ 100 mensais, e sua taxa de evasão escolar é 23,3% contra 5,8% dos 20% mais ricos. Já a presença de evasão por motivos associados às restrições de renda é 446% maior entre os mais pobres.

Entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 12,4% nos motivos de falta de oferta e de 9,8% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,8% na evasão absoluta dos pobres por motivo renda. A chance controlada dos beneficiários potenciais de baixa renda do Bolsa Família de 7 a 15 anos evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis ao programa. Na faixa de 15 a 17 anos de idade entre 2004 e 2006, houve um aumento de 32%.

### **c. Fatores Objetivos de Atratividade Escolar–**

Avaliamos a situação recente da educação nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil. O foco do nosso estudo é a população entre 15 e 17 anos. Utilizamos aqui os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) que possui periodicidade mensal e tem como vantagem a baixa defasagem de coleta/ divulgação. Este fator é extremamente importante em termos de monitoramento das metas que possibilita analisar os dados no período posterior à criação do Movimento Todos pela Educação. Outra vantagem desta base é o seu caráter longitudinal, que possibilita o acompanhamento do mesmo aluno ao longo do tempo. Isto permite estudar os determinantes objetivos da evasão escolar com maior propriedade.

Segundo a PME, em 2008, havia cerca de 2 milhões de alunos entre 15 e 17 anos de idade. Matriculados em escolas das principais regiões metropolitanas do país, esse número representa 89,15% da população residente nesta faixa etária (1,5 pontos de porcentagem acima da média em 2006).

A PME usa a metodologia de painel de onde calculamos as probabilidades de transição para dentro e para fora da escola. Observamos, inicialmente, a evolução da taxa de abandono escolar entre períodos de 12 meses nos últimos anos. As maiores taxas de evasão foram apresentadas nos períodos de transição de 12 meses dos anos 2003 para 2004 e 2006 para 2007, onde as taxas de evasão são maiores que 16% daqueles que estavam inicialmente na escola.

Regiões com maiores oportunidades são as que mais atraem os jovens para fora da escola. Conforme pudemos notar, a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas: São Paulo (19,43%) e Porto Alegre (18,70%) têm os maiores índices de abandono de um ano para o outro.

A combinação da demanda agregada de trabalho - captada por anos de aquecimento de demanda ou metrópoles mais ricas - com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda - filhos de mães sem instrução ou de pais que perdem o emprego - gera as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta à oportunidade de trabalho com a carência de renda.

## Referências:

BARBOSA, Fernando Holanda Filho e PESSOA, Samuel (2007), “Retorno da Educação no Brasil”, mimeo, IBRE/FGV

BECKER, Gary S. (1964) Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education, National Bureau of Economic Research.

BEN-PORATH, Yoram. (1967) “The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings,” Journal of Political Economy, v. 75, p. 352-365.

CASTRO, Cláudio Moura (1970), “Investment in Education in Brazil: a Study of Two Industrial Communities””, Tese de Doutorado (PhD), Vanderbilt University.

DURYEA, Suzanne (1998) “Children’s Advancement Through School in Brazil: The Role of Transitory Shocks to Household Income”, mimeo. IADB.

FRIEDMAN, Milton e KUZNETS, Simon (1945). Income from Independent Professional Practice, NBER General Series, No. 45, University Microfilms,.

JACOBY, Hanan e EMMANUEL Skoufias (1998), “Testing Theories of Consumption Behavior Using Information on Aggregate Shocks: Income Seasonality and Rainfall in Rural India” American Journal of Agricultural Economics; vol. 80, no. 1, pp. 1-14

LANGONI, Carlos. (1974). As Causas do Crescimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, APEC

\_\_\_\_\_. (1973) Distribuição de Renda e Crescimento Econômico no Brasil, Rio de Janeiro, 3ª Edição, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005

MELLO E SOUZA, Alberto de e SILVA, Nelson do Valle. (1996). “Income and Educational Inequality and Children’s Schooling Attainment,” Opportunity Foregone: Education in Brazil, edited by Nancy Birdsall and Richard Sabot, Inter-American Development Bank.

MINCER, Jacob. (1958). "Investment in Human Capital and Personal Income Distribution", The University of Chicago Press, The Journal of Political Economy, Vol. 66, No. 4 (Aug., 1958), pp. 281-302

NERI, Marcelo et al (2000) “The Effects of Idiosyncratic Shocks to Father's Income on Child Labor, School Drop-Outs and Repetition Rates in Brazil,” Anais da SBE, São Paulo, Dezembro e em breve em Child Labor and Education in Latin America: An Economic Perspective, Edited by Wright, E. G., Sedlacek, G., Orazem, Peter : Palgrave Macmillan, 2009.

NERI, Marcelo. (2009). “Income Policies, Income Distribution and the Distribution of Opportunities in Brazil”, em Lael Brainard and Leonardo Martinez-Diaz: Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy, Washington, D.C: Brookings Institution Press, pp 219 a 270

\_\_\_\_\_ (2008). “Você no Mercado de Trabalho”, Instituto Votorantim e FGV.

NERI, Marcelo e SOARES, Wagner. (2007). “Estimando o Impacto da Renda na Saúde através de Programas de Transferência de Renda aos Idosos de Baixa Renda no Brasil”. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v.23, p.1845 - 1856.

PARKER, Susan and SKOUFIAS, Emmanuel (1998), “Job Loss, Change in Marital Status and the Allocation of Time within Families: Evidence from Urban Mexico”, *mimeo*, IFPRI, Washington.